



A PRÁTICA DE UMA EDUCAÇÃO TRANSFORMADORA EM COOPERATIVAS EDUCACIONAIS

UM ESTUDO SOBRE A PERCEPÇÃO DE EGRESSOS DO CURSO APRENDIZ COOPERATIVO DO CAMPO REALIZADO NA COOPERCONCÓRDIA

Rejane Inês Kieling¹

Rosane Oliveira Duarte Zimmer²

Maria Luisa Lacerda Albertão³

RESUMO: as mudanças que estão sendo vivenciadas em nível global devido à pandemia provocada pelo novo Coronavírus alertam para a urgência em buscar-se ações que realmente possam contribuir para o desenvolvimento das regiões. Nesse sentido, sob a lente do pensamento freireano de uma educação transformadora, o presente trabalho de pesquisa esteve focado na responsabilidade e compromisso das cooperativas educacionais como instituições que ajam como agentes capazes de contribuir para a criação de capital social e desta forma possam gerar um círculo virtuoso nas regiões onde estão localizadas e, em especial no meio rural, ao reverter o quadro de saída dos jovens para as cidades. Como metodologia de pesquisa foi realizado um levantamento de percepção dos egressos do Programa Aprendiz Cooperativo do Campo realizado pela Cooperconcórdia de Santa Rosa. Os resultados indicam que os objetivos do Programa estudado estejam sendo alcançados e, portanto, a cooperativa esteja gerando incentivos para que os jovens atuem de forma mais participativa na gestão da propriedade rural e sintam maior atratividade em permanecer no meio rural.

Palavras-chave: Educação Transformadora. Cooperativas Educacionais. Capital Social. Desenvolvimento Regional.

INTRODUÇÃO

Quando nos referimos à educação, é importante assinalar a partir de quais pressupostos a distinguimos.

Não existe educação neutra. É encharcada de intencionalidade, dialética, mas carece ser, substancialmente, de transformação, ser humanizadora. Para tanto, é preciso reconhecer

¹ Economista, especialista em gestão rural, mestre em economia aplicada e doutora em desenvolvimento regional. Professora na Faculdade de Tecnologia do Cooperativismo (ESCOOP).

² Pedagoga, especialista em supervisão educacional, mestre e doutora em educação. Professora da Faculdade de Tecnologia do Cooperativismo (ESCOOP) e da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).

³ Economista, especialista em controladoria de gestão, mestre em economia e doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Administração e integrante do Núcleo de Economia Industrial, da Tecnologia e das Instituições da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).



as tramas ideológicas, pedagógicas, políticas, sociais, as tramas mercadológicas assentadas no bancarismo educacional, como nos diria Freire (2016, p. 105) que se traduzem em rituais vazios que tão somente simulam a nossa adaptação ao mundo, sem o transformar:

Eis aí a concepção “bancária” da educação, em que a única margem de ação que se oferece aos educandos é a de receberem os depósitos, guardá-los e arquivá-los. [...] Nesta distorcida visão da educação, não há criatividade, não há transformação, não há saber. Só existe saber na invenção, na reinvenção, na busca inquieta, impaciente, permanente, que os homens fazem no mundo, com o mundo e com os outros (FREIRE, 2016, p. 104-105).

Educação, no sentido lato do presente estudo, percorre a itinerância do direito universal de ‘ser mais’ (FREIRE, 2000a; 2000b; 2001; 2007). Trata-se do principal argumento à educação que dignifica e transforma seres humanos. Trata-se, ainda de um elenco de ações e modos de racionalidade que contrapõem as epistemológicas baseadas em método experimentais e de comparação de hipóteses do projeto humano. Epistemologias onde o experimentalismo, método clássico de ciência, não consegue propiciar um *corpus* sistemático de teorias, apenas escassas proposições legais e formais que não *dão conta* da inesgotável complexidade da existência, da vida humana.

Postular a favor da educação transformadora é litigar ao humanismo freireano. Para Freire (2001, p. 72-74), é a partir da educação que nos refazemos; nos refazemos pela práxis, pela lidagem no jogo dos contrários, na permanência-mudança. Transformar-se pela via educativa é compreender-se em problematização constante, o que reforça a mudança, não aceitando o presente, bem-comportado, nem, igualmente, o futuro pré-dado.

A insígnia da educação, nesta perspectiva, se identificada com o ser humano enquanto possibilidade de ser além de si mesmo, como projeto singular que tem como ponto de partida o aqui e o agora. É a partir desse ponto de vista que se torna possível afirmar que o humanismo freireano é sugerido pela concepção problematizadora de mundo, de educação pela continuidade de compreensão de que os processos humanos ‘estão sendo’, uma vez que compreendem os humanos exatamente pelo seu caráter histórico e de historicidade. Logo, trata-se de manifestação exclusivamente humana, ou seja, da inconclusão dos homens e na consciência que a educação é argumento de —quefazer permanentes (FREIRE, 2000a, p. 72-73).

O humanismo de Freire sugere uma pedagogia que humanize, que se volte para alternância, intervenção da existência do ser humano no mundo. Sua crença na vocação “[...] para a humanização é uma marca da natureza humana que se expressa na própria busca do



'ser mais', através da qual o ser humano está em permanente procura [...] (ZITKOSKI, 2010, p. 210). Nesse sentido, é possível afirmar que o projeto freireano de humanização assenta-se no legado da educação libertadora, a transformadora, como baluarte ao exercício de resistência, tática de luta política, o 'ser mais' pelo compromisso com a causa humana. Compreende que como ação cultural, é possível que ocorra a humanização ou a desumanização – o que Freire distinguiu de 'seres menos', os acidentes humanos. É nesse sentido que a opção pela categoria 'ser mais' constitui-se em fundamento ao presente estudo, pois carrega a intencionalidade e o entendimento a partir do humanismo freireano de que seja possível a 'provoc-Ação' e o compromisso cooperativo com a humanização.

Esse fundamento é entendido como alternativa ao entrelaçamento da teoria e da prática, pois tem como objeto os caminhos do processo de formação humana, na sua feitura mesma, na perspectiva de possibilidades, de compreensão e intervenção junto ao processo de humanização, caminhos que contribuam na inseparabilidade da (re)transformação de homens e mulheres com sonhamentos e concretudes de transformação.

Daí, a relevância da pesquisa como instrumento de discussão acerca da ação, de processos que incidem à cooperação e ao cooperativismo; acerca dos sujeitos na perspectiva de permanência da (trans)formação pela via educativa onde caiba o conhecimento, da pesquisa de realidade é possível contribuir com a transformação tão sonhada. Para transformar é preciso acreditar e invocar a partir de prática de 'ser mais', de outros conhecimentos possíveis e urgentes para uma vida mais decente. É preciso um diálogo tanto científico como exige a educação, quanto de senso comum, a fim de se traduzir e reinventar para transformar o mundo vivido.

Tendo por base a lucidez e atualidade do pensamento freireano, o presente estudo teve como eixo norteador compreender o papel de instituições cooperativas educacionais como agentes do desenvolvimento local e regional. Para isso foi realizado um estudo em uma cooperativa educacional, a Coopercondórdia de Santa Rosa, procurando captar a percepção dos egressos do Programa Aprendiz Cooperativo do Campo tanto no que diz respeito aos aspectos de ordem pessoal como sua atuação na cooperativa e na comunidade.

2. EDUCAÇÃO COOPERATIVISTA PARA UMA TRANSFORMAÇÃO SOCIAL EFETIVA

Os textos que tratam sobre o tema cooperativismo normalmente iniciam com uma apresentação da formação da primeira experiência organizada de cooperativismo que ocorreu em Rochdale, na Inglaterra em 1845. Para os fins do presente estudo, entretanto, considera-



se importante apenas sublinhar o fato de que os Pioneiros de Rochdale, inspirados nos ideários dos socialistas utópicos e, somada à experiência de precarização do trabalho que estavam vivenciando, tiveram a grandeza de definir princípios que iriam servir como pilares ao movimento desde a sua origem e praticamente preservados ao longo do tempo (ZWICK, 2016). Considerando a forma como a sociedade vem se constituindo podemos afirmar que é somente na prática destes princípios que as verdadeiras cooperativas se encontram (SINGER, 2004).

O ideário cooperativista encontra sentido como um movimento contra a maré das bases que impulsionaram uma concepção de sociedade voltada a uma economia que coisificou os elementos trabalho humano, ferramentas ou máquinas e a terra, atribuindo-lhes valor de troca (HEILBRONER, 2000). O cooperativismo nasce como uma reação aos efeitos da desvalorização do humano e coloca sua força de atuação na constituição de uma sociedade de pessoas em que valores intangíveis são a razão de ser do empreendimento (VAROUFÁKIS, 2015).

2.1 A PRÁTICA DO QUINTO PRINCÍPIO PARA FORMAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL

Para melhor compreender-se o papel da educação cooperativista para o fortalecimento de uma cooperativa e seu entorno, é sempre atual olhar para a lucidez trazida por Pinho (1966, p.8) ao diferenciar Cooperativismo, Cooperação e Cooperativa. Segundo a autora etimologicamente cooperação significa,

a prestação de auxílio para um fim comum. E cooperativismo é a doutrina que visa à renovação social através da cooperação. Do ponto de vista sociológico, cooperação é uma forma de integração social e pode ser entendida como ação conjugada em que pessoas se unem, de forma formal ou informal, para alcançar o mesmo objetivo. A cooperação, quando organizada segundo estatutos previamente estabelecidos, dá origem a determinados grupos sociais. Dentre tais grupos as cooperativas representam aqueles que visam, em primeiro lugar, fins econômicos e educativos. A doutrina que deu base teórica às realizações cooperativistas constitui o cooperativismo. Portanto, cooperação e cooperativismo não são palavras sinônimas.

Desta explicação da autora, depreende-se que a educação cooperativista constitui uma das mais importantes formas de construir empreendimentos cooperativos que de fato se diferenciem pela prática dos seus princípios e alinhados, conforme Polanyi (2013) à própria natureza do homem.



Desta forma, apesar de serem sete princípios que orientam as ações das cooperativas⁴ é no quinto princípio (educação, treinamento e informação cooperativa) que se encontra a base para que os demais princípios sejam cumpridos, uma vez que estimula a transformação de uma personalidade mais voltada ao individualismo a uma assimilação do coletivo como força propulsora (SCHNEIDER, 2019).

Além disso, é a partir de uma verdadeira imersão teórica e prática deste princípio que o associado poderá compreender seu papel como dono da cooperativa e, portanto, suas responsabilidades como agente participativo e atuante tanto na esfera produtiva como administrativa da cooperativa de que faz parte (FERREIRA; DE SOUSA, 2019).

Alinhando-se à perspectiva deste estudo de que a Educação deva ser compreendida a partir de sua capacidade de permanente transformação. Tal perspectiva quando unida à efetiva aplicação do Quinto Princípio do Cooperativismo, de acordo com Moreira da Silva (2020, p.280) seria possível estabelecer-se as condições necessárias para desenvolver um sistema de Co-Educação. Tal sistema consiste no entendimento de que a educação não esteja restrita aos sujeitos envolvidos nas cooperativas (os cooperantes), “mas todos os que partilham das suas atividades, com foco especial para as famílias nas diversas comunidades”.

A Co-Educação juntamente com a Co-Criação e a Cooperação devem ter início no ambiente familiar, primeiro, para em seguida alcançar a comunidade, a fim de proporcionar a construção do empreendimento cooperativo. Deve ser um dos papéis das Cooperativas proporcionar a Educação das famílias em todas as comunidades, mesmo aquelas que não tiverem membros entre os cooperantes como associados a uma Cooperativa.

Esta visualização introduz a perspectiva de geração de um círculo virtuoso que inicia na família, compreendendo-a por sua cotidianidade e presença de um modo de vida imbricado por saberes que comungam com os valores de uma cultura cooperativista que vão sendo repassados entre as gerações. A virtuosidade se estabelece quando esta vivência de valores sai do ambiente familiar e encontra a comunidade, permitindo trocas e ligações entre pessoas que possuam a presença de um maior compromisso com outro, reconhecendo neste a necessidade de ultrapassar limites impostos por uma sociedade presa na valorização de estereótipos e homogeneização cultural.

⁴ Os 7 princípios do cooperativismo: Adesão voluntária e livre; Gestão democrática; Participação econômica dos membros; Autonomia e independência; Educação, formação e informação; Intercoperação e Interesse pela comunidade



A educação cooperativista está, portanto, alinhada com o desenvolvimento local e regional por sua atuação no fortalecimento dos territórios. O que pode ser visto a partir de indagações apontadas por Becker (2003, p.85), tais como “por que os processos econômicos de desenvolvimento das regiões não são harmônicos socialmente?” e indo ao encontro das correntes de pensamento direcionadas ao desenvolvimento das regiões por meio da efetiva participação dos atores, pode-se afirmar que as respostas para estas disparidades ou incongruências do desenvolvimento começam a aparecer numa literatura que adentra em áreas de maior sutileza das relações que permeiam as essencialidades dos indivíduos. O que significa abrir-se para uma visão do microespaçosocial (BOSI, 2013; POLLAK, 1989; HALBWACHS, 2006). Sob esta ótica, a educação cooperativista é disruptiva, pois se contrapõe à visão hegemônica de um economicismo e quantitativismo em que os *saberes* locais são desconsiderados ou, até mesmo, vistos como fragilidades e/ou limitações (ETGES;DEGRANDI, 2013).

Em Becker (2003) faz-se necessário, ainda, enaltecer sua clareza ao deduzir que a modernidade está coberta por padrões que repetem erros que foram cometidos desde o início das economias de mercado. Erros pautados na centralidade do *homo economics* que foge de sua natureza cooperativa, a qual foi e é responsável pela sobrevivência do homem no mundo. A força da humanidade está na sua ação coletiva e não na sua individualidade (WAGNER et al, 2016). O que está intrinsecamente ligado ao conceito de capital social. Conforme Marteleto e Silva (2004, p. 44), capital social é definido a partir de sua natureza multidimensional, em suas “normas, valores, instituições e relacionamentos compartilhados que permitem a cooperação dentro ou entre os diferentes grupos sociais”.

A racionalidade do capital, entretanto, se dá pela lógica de mercado, em que somente são consideradas como potencialidades e aspectos ligados à funcionalidade das regiões, em termos de lucratividade. É neste ponto específico que o cooperativismo se coloca como força capaz de incluir a dimensão humana no processo de desenvolvimento. Mas, para que isso ocorra, uma nova base comportamental pautada no desenrijecimento de uma cultura administrativa concentrada em alguns grupos de poder, que formam grupos de pressão, precisa ser introduzida no ambiente de gestão das cooperativas e isso só é possível por meio da recuperação dos valores do cooperativismo.

Indo nesta linha de entendimento é que as instituições assumem um papel decisivo para a viabilização de um processo efetivo de desenvolvimento econômico e social tanto em nível local como regional. Instituições, contudo, são entes jurídicos, para que consigam



concretizar ações de ruptura, deve-se lançar um olhar à presença de capital social existente ou potencial nos territórios onde estão localizadas.

Tendo como base a definição apresentada por Pinho (1966), é possível afirmar que instituições voltadas ao fomento do cooperativismo se estabelecem como agentes do desenvolvimento local e regional devido à sua capacidade de incentivar a criação e permanência de capital social, contribuindo, portanto, para uma dinâmica territorial voltada à redução de suas disparidades internas com o compromisso pela busca constante de um desenvolvimento equilibrado. Para a melhor compreensão dos resultados da pesquisa do presente estudo, deve-se lançar um olhar na atuação do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo- SESCOOP e sua importância para a atuação nas cooperativas educacionais, como é o caso da Cooperconcordia.

2.2 O SESCOOP SOB A ÓTICA DA CORRENTE INSTITUCIONALISTA

O SESCOOP, Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo, foi criado pela Medida Provisória nº 1.715/1998 e regulamentado pelo Decreto nº 3.107/1999, sob a administração da Organização de Cooperativas Brasileiras (OCB), como entidade do sistema “S” (SENAI, SESI, SESC e outros). Com representatividade em 27 unidades estaduais, a instituição tem como missão promover a cultura cooperativista e o aperfeiçoamento da governança e da gestão para o desenvolvimento das cooperativas brasileiras. O SESCOOP acompanha de perto as cooperativas brasileiras para oferecer soluções para a sustentabilidade do negócio, seu trabalho está centrado no desenvolvimento humano (OCB, 2021).

Conforme Ferreira e Souza (2017), a criação do SESCOOP teve como objetivo investir continuamente nos cooperados, dirigentes e empregados, contribuindo para profissionalizar a gestão das cooperativas e viabilizar a operacionalização do monitoramento, supervisão, auditoria e controle. Tendo ainda como objetivo assessorar o governo federal em assuntos de formação profissional e gestão cooperativista, como também contribuir para a formulação de políticas adequadas à criação de postos de trabalho e geração de renda. A instituição se apresenta como a mais bem organizada e estruturada de fomento à educação cooperativista.

As instituições possuem um papel importante no desenvolvimento econômico e social, com um campo teórico analítico amplo e multidisciplinar. Instituições podem ser vistas como um conjunto de normas, regras, hábitos, leis, rotinas que regulam e, de certa forma, moldam os atores. O ambiente institucional e seus efeitos são específicos da região e do contexto, seu



desempenho depende das complexas interações entre os agentes locais e os fluxos globais de conhecimento. Hodgson (2017) atenta que as instituições são um dos tipos de estrutura que mais importam no âmbito social, elas compõem a substância da vida social. Para o autor, o termo socialmente transmitido significa que a reprodução de regras depende de uma cultura social desenvolvida e de algum uso de linguagem. As instituições são vistas como sistemas de normas sociais estabelecidas e enraizadas nos hábitos compartilhados de pensamento e ação, e, que estruturam as interações sociais.

De acordo com Neuberger et al. (2017), a análise das instituições em um contexto evolucionário feita por Hodgson, rejeita a compreensão neoclássica de que as preferências individuais são fixas e imutáveis, e procura relacioná-las a sistemas de regras sociais prevalentes e estabelecidas que estruturam as interações sociais. As regras podem tanto restringir quanto permitir e encorajar o comportamento dos atores, de modo que, embora determinem restrições à atividade humana, elas podem abrir oportunidades que de outra forma não seriam alcançadas. Economistas institucionais, em particular Veblen⁵, concebem instituições como um tipo especial de estrutura social com potencial para mudar os atores, incluindo mudanças em seus objetivos ou preferências, sendo enfatizado que as disposições habituais emergem como fundamentais para o entendimento da retroalimentação entre indivíduos e instituições.

Conforme apresentado por VINHA (2001), na visão de Polanyi o processo econômico é 'instituído' (contidos em instituições) porque está definido pela interação entre o homem e seu ambiente, resultando na satisfação tanto das suas necessidades materiais quanto das psicológicas. Na concepção da Nova Sociologia Econômica, as instituições são o lócus das relações econômicas e sociais, através delas se forma a cultura em torno dos valores, comportamentos e regras. Portanto o mercado não tem autonomia, são as formas institucionais historicamente construídas que criam os mercados. Nesta perspectiva, elementos como a cooperação, confiança, reputação e credibilidade se destacam no relacionamento entre os agentes econômicos, cujas ações ao longo do tempo ao invés de ocorrerem naturalmente (equilíbrio geral) buscam fonte de regularidades através dos laços que também são formadores de capital social territorial.

De acordo com Garcia et al. (2020), a proximidade territorial facilita o contato físico entre atores locais, proporcionando integração entre o conhecimento científico e o conhecimento tácito. As inter-relações entre o quadro institucional e o setor produtivo resultam

⁵ "A situação de hoje modela as instituições de amanhã mediante um processo seletivo e coercitivo, atuando na habitual opinião humana sobre as coisas, e assim alterando ou envigorando um ponto de vista ou uma atitude mental herdada do passado" (VEBLEN, 1899, p. 88) Fonte: Neuberger et al. (2017)



em distintos níveis de desenvolvimento em diferentes regiões, conforme potencial de construção de capacidades, da infraestrutura e da inter-relação entre estas. Estudos neoschumpeterianos indicam que os espaços regionais estabelecem importante marco de estudo, devido ao espaço territorial permitir apurar a análise, devido ao fato de que valores, hábitos, cultura e outros aspectos comportamentais dos atores somam-se com processos históricos de formação econômica.

Assim, podemos inferir, dado o campo de análise deste artigo, que o crescimento e desenvolvimento de uma região são impulsionados por um conjunto de instituições como o SESCOOP, as Cooperativas Educacionais, as Cooperativas Rurais, entre outras, por exercerem um papel fundamental na organização de uma sociedade e nas questões econômicas e sociais de determinados territórios.

2.2.2 A COOPERCONCÓRDIA SOB A ÓTICA DA PRÁTICA DO QUINTO PRINCÍPIO DO COOPERATIVISMO

As cooperativas educacionais fazem parte do ramo trabalho, produção de bens e serviços. Ramo que desde 2020 congrega os antigos Trabalho, Produção, Mineral, Especial, parte do Ramo Turismo e Lazer e parte do Ramo Educacional (OCB,2021).

A primeira experiência brasileira e latino-americana do cooperativismo envolvendo estabelecimentos de ensino surge em março de 1948, na cidade de Belo Horizonte (MG) com a Cooperativa de Trabalho Educacional Ltda (Cotel). Contudo, reconhecimento do ramo ocorreu somente em 1987 com a criação da Cooperativa de Ensino de Itumbiara. Conforme OCB (2021) o cooperativismo educacional é caracterizado “como o conjunto de empreendimentos cooperativos que tem como objetivo promover a educação nas escolas, a fundação de estabelecimentos de ensino ou a manutenção desses empreendimentos com uma proposta de gestão democrática”.

Atualmente existem mais 300 cooperativas educacionais cadastradas na Organização das Cooperativas Brasileiras. Nos últimos anos houve um crescimento significativo dessas instituições: em 1995 eram apenas 106 cooperativas. No Rio Grande do Sul existem 20 cooperativas educacionais, com 3.368 associados e cerca de 80 empregados (GERAÇÃO COOPERAÇÃO).

Importante destacar que as cooperativas educacionais exercem papel relevante no processo de desenvolvimento local e regional ao oferecer “educação de qualidade e contribuir para a formação de cidadãos mais atuantes”, contribuindo desta forma para uma sociedade



que consiga extrapolar as limitações impostas por uma cultura míope voltada ao lucro e competitividade. Cabe destacar que as cooperativas educacionais, por poderem ser formadas tanto por pais de alunos quanto por profissionais da educação e até por estudantes, constituem-se num modelo de trabalho alternativo ao convencional incentivando o empreendedorismo cooperativo (SIQUEIRA, 2019, p.252).

A Cooperativa Concórdia (Cooperconcordia) é uma Cooperativa de Trabalho Educacional integrada por professores e técnicos em educação, que oferece serviços de educação básica, cursos de formação profissional e cursos de formação profissional de jovens. Sua fundação, em 2008, foi fruto da crença no trabalho associado de 52 sócios fundadores, que constituíram a sociedade cooperativa com o objetivo de manter o Colégio Concórdia (oriundo da Coopeeb de Porto Alegre) e trabalhar para o progresso cultural e econômico de todos seus membros. Atualmente mantém o Colégio Concórdia de Santa Rosa, atua no Aprendiz Cooperativo a Aprendiz 10 e mantém o Capacita (formação profissional), com 259 sócios mantendo seus postos de trabalho. Sua base sólida é fundamentada nos princípios e valores cooperativistas, bem como os processos de gestão em suas Unidades de trabalho, abrangendo não apenas o conhecimento formal e sistematizado, mas também a construção de valores que auxiliem num convívio social mais humanizado (COOPERATIVA CONCÓRDIA, 2021).

A Cooperconcordia tem como missão proporcionar educação e desenvolvimento profissional com qualidade e comprometimento, contribuir para o desenvolvimento social e econômico dos cooperados e da sociedade, com bases sólidas nos princípios e valores cooperativistas. Seus valores estão alicerçados na cooperação e união, na ética e honestidade, na democracia e transparência, na competência e profissionalismo e num ensino de qualidade (COOPERATIVA CONCÓRDIA, 2021).

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

No que diz respeito aos procedimentos metodológicos, trata-se de um estudo exploratório de natureza aplicada com abordagem qualitativa dos resultados, uma vez que esteve focado na percepção dos sujeitos, no caso os egressos do curso Aprendiz do Campo do Programa Aprendiz Cooperativo da Cooperconcordia de Santa Rosa (RS).

Para a coleta de dados foram enviadas 18 (dezoito) questões para 94 egressos do referido curso. As questões foram construídas no Google Forms com opções da escala *Likert* e enviadas pelas coordenações de curso da Cooperconcordia. Dos 94 envios, 51



responderam ao questionário. Para facilitar a elaboração do questionário e posterior compreensão dos resultados, as questões foram divididas em 4 (quatro) categorias de análise, a saber: 1ª. a percepção do egresso sobre aspectos de ordem pessoal; 2ª. percepção dos egressos sobre conhecimento do cooperativismo; 3ª. a percepção dos egressos sobre a vivência do cooperativismo e 4ª. a percepção dos egressos sobre seu interesse profissional pela atividade rural na propriedade da família e o meio rural.

3.1 O PROGRAMA JOVEM APRENDIZ COOPERATIVO

O Programa Jovem Aprendiz Cooperativo, criado pelo Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP), possui a função de formar jovens cooperativistas no campo. Dirigidos para jovens de 14 a 24 anos, o programa tem como objetivo qualificar os jovens para a gestão eficiente de propriedades rurais, preparando-os para se tornarem mais competitivos e bem-sucedidos nas atividades agropecuárias. Os objetivos do programa são: estimular a permanência dos jovens no campo ou zona rural; proporcionar às cooperativas agropecuárias o incremento do quadro social; promover a sucessão familiar profissionalizada; promover o empreendedorismo cooperativo; profissionalizar a gestão de pequenas e médias empresas rurais (DOS SANTOS; KIELING, 2020).

O Programa Jovem Aprendiz Cooperativo, desenvolvido pelo SESCOOP desde 2006, proporcionou às cooperativas condições de se adequarem a Lei 10.097/2000 (determina que os estabelecimentos de qualquer natureza sejam obrigados a empregar e matricular nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem o equivalente de 5% a 15% do número de empregados), estabelecendo cota obrigatória de contratação de jovens aprendizes para cooperativas que se enquadrem como de pequeno ou médio porte. O menor aprendiz terá a oportunidade de vivenciar na prática os conteúdos do curso de aprendizagem (FORNEL, 2014).

O programa é importante para o jovem, além de aumentar os rendimentos da família, favorece o desenvolvimento cognitivo e emocional, possibilitando o desenvolvimento de novas habilidades, da autonomia e da responsabilidade. O programa também se torna importante para as Cooperativas, ao ter a oportunidade de contribuir para a formação de um profissional mais capacitado para o seu campo, e, cumprir com sua função social. A contribuição das cooperativas na formação pessoal e profissional do jovem aprendiz sinaliza o desenvolvimento de competências necessárias para que o jovem atue como um técnico multiplicador da doutrina cooperativista. A inclusão no seu quadro de funcionários de



adolescentes do Programa Jovem Aprendiz, as cooperativas desenvolvem ações sociais que favorecem a comunidade, contribuindo com a sustentabilidade social. Esta inclusão abre a oportunidade do primeiro emprego para estes jovens, que passam por treinamentos, ganham experiência profissional e vários deles são integrados posteriormente como profissionais do quadro de funcionários (FORNEL, 2014; MORSCHBACHER 2018; SANTOS et al. 2019).

Oliveira et al. (2020), em seus estudos para analisar as causas da permanência ou não permanência do jovem no meio rural, apontam que a educação cooperativista é um processo que deve estar em constante desenvolvimento por ser considerada essencial, tanto na vida do cooperado quanto para o desenvolvimento das cooperativas ao longo do tempo. Segundo os autores, torna-se necessário o desenvolvimento de um trabalho que reforce a educação cooperativista com a finalidade de manifestar sua potencialidade econômica e social.

Neste contexto, o Programa Jovem Aprendiz Cooperativo exerce um papel importante dentro da educação cooperativista, devido ao fato de que o aprendizado é um processo em que os indivíduos, as organizações, as instituições, acumulam diferentes tipos de capacitações, competências e conhecimentos, em busca de melhores resultados sociais e econômicos. A interação social entre as pessoas é crucial para desenvolver e compartilhar conhecimentos. Portanto, a oportunidade oferecida aos jovens de uma educação cooperativista é fundamental para a sua trajetória de aprendizado profissional.

Entre os cursos oferecidos pelo Programa Jovem Aprendiz Cooperativo, o foco do presente estudo foi o Aprendiz Cooperativo do Campo. São objetivos deste curso: a. estimular a permanência dos jovens no campo, ou zona rural; b) proporcionar às Cooperativas agropecuárias o incremento do quadro social; c) promover a sucessão familiar profissionalizada; d) promover o empreendedorismo cooperativo; e) profissionalizar a gestão de pequenas e médias propriedades rurais (DOS SANTOS; KIELING, 2020). Na sequência são apresentados os resultados da pesquisa.

4. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA

As questões das categorias de análise elaboradas para a presente pesquisa procuraram captar elementos associados à presença de capital social por meio da percepção dos egressos sobre o curso realizado no Programa Aprendiz Cooperativo do Campo. A estruturação das categorias partiu do entendimento de que Capital Social constitui-se de valores intangíveis que fazem parte da cotidianidade dos sujeitos. Indo ao encontro da perspectiva do desenvolvimento regional, a importância destas categorias se dá por esperar-

se que quanto maior for a presença de componentes associados a tais valores, maior é a probabilidade de ter-se a criação de um círculo virtuoso territorial que leve ao desenvolvimento da região.

Quadro 1: A percepção do egresso sobre aspectos de ordem pessoal

Questões avaliativas	Resultados				
	1	2	3	4	5
Aumentou a minha autoconfiança	0	0	5,9%	47,1%	47,1%
Sou mais interessado(a) pelas conversas dos mais velhos sobre o meio rural e suas memórias	0	0	11,8%	27,5%	60,8%
Melhorou meu relacionamento com a família	2%	2%	15,7%	27,5%	52,9%
Fiz novos amigos da localidade onde moro	3,9%	2%	11,8%	31,4%	51%
Melhorou a forma de interação nas atividades da comunidade onde moro	2%	2%	27,5%	31,4%	37,3%

Fonte: elaborado pelas autoras com base na pesquisa realizada via *Google Forms*.

Tendo-se presente que a autoconfiança é a base para alcançar-se capacidades que permitem ações transformadoras da realidade pessoal e coletiva, os resultados mostram que para 94,2% dos entrevistados o curso contribui de forma significativa para a melhoria de sua autoconfiança (SEN, 2018). Na perspectiva apresentada por Rodrigues (2017), este percentual pode ser um indicativo de que o curso esteja contribuindo para um processo que vise alcançar equilíbrio cooperativo em sua região de atuação. Para este autor,

Enquanto a confiança mútua reforça a cooperação e contribui para a eficiência das instituições, a ausência de confiança interpessoal contribui para o equilíbrio não cooperativo. Então, confiança nos participantes de uma comunidade cívica é racional no sentido de pressupor que o próximo preferirá agir de maneira a contribuir para o benefício mútuo. Assim, a não cooperação é um equilíbrio estável enquanto a cooperação não passa de um equilíbrio condicionado à existência de confiança interpessoal. (RODRIGUES, 2017, p. 47).

A questões dois e três adentraram no espaço da família procurando saber dos egressos se os conhecimentos adquiridos foram importantes para um melhor convívio familiar e se as conversas dos mais velhos sobre como era a vida no meio rural no passado e suas memórias em geral, lhes são mais interessantes depois de aprenderem mais sobre questões



específicas relacionadas à atividade rural. Tanto para a questão “melhorou meu relacionamento com a família” como para a pergunta “sou mais interessado(a) pelas conversas dos mais velhos sobre o meio rural e suas memórias”, os percentuais indicam que o curso tenha sido importante para que o interesse destes jovens nos assuntos relacionados ao dia-a-dia da família e o no que se refere à bagagem trazida pelos seus antepassados, tenha aumentado. Considera-se que este seja um indicador com capacidade de exercer impacto imediato na base comportamental destes jovens, uma vez que é no ambiente familiar e na identificação com saberes, tradições e costumes, tais como: a linguagem, a comida, a forma de trabalhar, nos objetos, entre outros, que residem os conectores capazes de dar sentido à forma como agimos (BOSI, 1983).

E, por fim, as duas últimas questões estiveram voltadas à percepção destes egressos sobre sua interação com a comunidade. As questões foram elaboradas levando-se em conta a capacidade que a prática de uma educação cooperativista pode exercer no seu entorno, o que está intrinsecamente associado ao 7º princípio do cooperativismo: o interesse pela comunidade. Os resultados indicam, principalmente na questão “melhorou a forma de interação nas atividades da comunidade onde moro”, que existe espaço para focar mais na importância de cooperativas e cooperados atuarem de forma mais participativa na comunidade, o que significa, em outras palavras, que as cooperativas sejam instigadas, por meio de atitudes que partam de dentro de seu corpo associativo, a expandir sua atuação para além da esfera produtiva e se integre à comunidade (SOCREPPA, 2017).

Quadro 2: A percepção dos egressos sobre conhecimento do cooperativismo

Questões avaliativas	Resultados				
	1	2	3	4	5
Adquiri conhecimentos específicos que me fizeram aprender mais sobre a doutrina do cooperativismo	0	0	0	47,1%	52,9%
Aumentou meu entendimento sobre o que é uma cooperativa	0	0	2%	35,3%	62,7%
Aumentou meu entendimento de que sou dono(a) da cooperativa	2%	2%	5,9%	43,1%	47,1%

Fonte: elaborado pelas autoras com base na pesquisa realizada via *Google Forms*.

Os resultados das questões sobre a percepção dos egressos em relação a aquisição de conhecimentos acerca do cooperativismo sinalizam que o curso tenha contribuído de forma

significativa para que estes jovens tenham condições de exercer atividades de forma mais participativa dentro das cooperativas e também possam ser agentes replicadores de um cooperativismo mais atuante na região. Tal atuação se reveste de relevância ao facilitar o encaminhamento de atitudes que visem o destravamento de bases comportamentais que estejam em desacordo com a doutrina do cooperativismo e seu compromisso com o desenvolvimento local e regional.

Quadro 3: A percepção dos egressos sobre a vivência do cooperativismo

Questões avaliativas	Resultados				
	1	2	3	4	5
Fez aumentar minha admiração e interesse pelo cooperativismo	0	0	11,8%	45,1%	43,1%
Melhorou meu espírito de cooperação	0	0	5,9%	35,3%	58,8%
Melhorou minha participação na cooperativa	2%	2%	7,8%	45,1%	43,1%

Fonte: elaborado pelas autoras com base na pesquisa realizada via *Google Forms*.

Uma das frases que repetidamente se escuta em falas dentro do ambiente cooperativista é “Cooperativismo não se aprende. Cooperativismo se vive”. Indo nesta linha de entendimento é possível depreender-se dos resultados para as questões apresentadas nesta categoria, que o curso realizado tenha contribuído para atitudes que se aproximam mais do esperado por associados ou membros de famílias de associados de cooperativos, no caso estudado, do ramo agropecuário, mas pode estar relacionado aos demais ramos do cooperativismo.

Tal relação está em sintonia com a base doutrinária do cooperativismo, uma vez que a visualização de atitudes de cooperação, podem ser interpretadas como um movimento de resistência ao modelo economicista que repete padrões comportamentais que se assemelham mais a ideia do *homo economics*. Atitudes de cooperação e maior comprometimento desencadeiam um processo como o que é compreendido por Polanyi (2013) que mais se aproxima à ideia do *homo social* devido à sua construção horizontalizada com a participação efetiva dos atores.

Quadro 4: A percepção dos egressos sobre seu interesse profissional pela atividade rural na propriedade da família e o meio rural

Questões avaliativas	Resultados				
	1	2	3	4	5
Aumentou meu espírito empreendedor	0	0	2%	54,9%	43,1%
Contribuiu para o gerenciamento das atividades na propriedade rural	0	0	3,9%	39,2%	56,9%
Melhorou minha capacidade para tomar decisões	0	0	3,9%	43,1%	52,9%
As novas tecnologias são fator de atratividade à minha permanência no meio rural	2%	0	15,7%	41,2%	41,2%
Visualizo o meio rural como um espaço de vida onde quero me desenvolver de forma pessoal e profissional	0	0	11,8%	29,4%	58,8%
Me considero parte do meio rural	0	0	9,8%	21,6%	68,6%
Quero seguir na atividade rural na propriedade da minha família	7,8%	2%	11,8%	17,6%	60,8%

Fonte: elaborado pelas autoras com base na pesquisa realizada via *Google Forms*.

A última categoria de análise foi composta por questões que estão em consonância com os objetivos do Aprendiz Cooperativo do Campo e comungam, portanto, com correntes de pesquisadores do desenvolvimento rural que estão buscando compreender as especificidades do meio rural brasileiro, em especial, o rural de uma agricultura familiar que vem se adaptando às mudanças impostas por um modelo de industrialização do campo, e buscam alternativas que viabilizem sua continuidade e que por meio de novos significados sejam fator de atração ao jovem e este siga na propriedade da família (WANDERLEY, 2009; SCHNEIDER, 2003; PLOEG, 2008; ABRAMOVAY, 2007).

As quatro primeiras questões estiveram focadas na percepção dos egressos a respeito de uma postura que denote um comportamento de administrador de um negócio rural. As respostas demonstram que os egressos sinalizam que o curso tenha contribuído de forma significativa para eles se percebam mais aptos a atuarem a frente das atividades numa propriedade rural com o desenvolvimento das habilidades que envolvem uma postura empreendedora, gerencial e de tomada de decisão, tendo presente que as novas tecnologias são fator de atratividade à sua permanência no meio rural.



E por fim, as três últimas questões desta categoria tiveram por objetivo captar a percepção destes jovens sobre suas expectativas diante da possibilidade de permanência tanto no meio rural como na propriedade da família. Os resultados da pesquisa demonstram que para a maior parte dos entrevistados o curso tenha contribuído para uma percepção do meio rural e da propriedade familiar como um espaço em que desejam permanecer e desenvolver-se pessoal e profissionalmente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada junto a egressos do Programa Aprendiz Cooperativo do Campo procurou compreender a ação de uma cooperativa educacional, no caso a Cooperconcordia, a partir da percepção destes ex-alunos e ex-alunas, por ter-se o entendimento de que novas atitudes só podem ser desencadeadas quando novos significados são encontrados no interior das pessoas. Somos movidos quando algo realmente faz sentido ou traz novos sentidos.

Feita esta observação inicial sobre a escolha metodológica, faremos alguns registros a respeito dos resultados propriamente ditos. Com base nas respostas pode-se esperar que estes jovens estejam aptos a compreender o que é uma cooperativa e o papel que eles exercem enquanto sócios, e assim atuar de forma consciente para o desenvolvimento de uma cultura de cooperação tanto em ambiente intracooperativa, intrafamiliar e no seu entorno (comunidade), constituindo-se desta forma em agentes do desenvolvimento local e regional.

As respostas dos egressos também servem para sinalizar que os objetivos do Programa Jovem Aprendiz Cooperativo do Campo estão sendo alcançados, em particular na qualificação de jovens para a gestão eficiente de propriedades rurais, para promover o empreendedorismo cooperativo com a formação de técnicos multiplicadores da doutrina cooperativista pela sua vivência.

Os resultados também corroboram os estudos da teoria institucionalista, em especial quando associado ao pensamento vebleniano, o qual apresenta as instituições como um tipo especial de estrutura social com potencial de mudar os atores. Nesse sentido, os jovens ao compreenderem o que é uma cooperativa estão adquirindo conhecimentos, e, conseqüentemente, entendendo um conjunto de normas, hábitos, leis, rotinas, regras, que podem ser vistas como uma forma de encorajar o comportamento e, abrir oportunidades para eles. Oportunidades que podem ser encaradas como incentivos a permanência e sentimento de pertencimento ao meio rural e ao cooperativismo.



Futuras pesquisas podem contribuir com a ampliação aos demais cursos oferecidos pelo Programa Aprendiz Cooperativo e também podem trazer o olhar de educadores e gestores de cooperativas educacionais. Entretanto, a presente pesquisa já é um ponto de partida para pensar nas cooperativas educacionais como protagonistas de uma transformação humanizadora, esta entendida como um espaço onde caiba conhecimento, onde caiba pesquisa de realidade e seja possível contribuir com a transformação tão sonhada.

Para transformar é preciso acreditar e invocar a partir de práticas docentes libertadoras que visem outros conhecimentos possíveis e urgentes para uma vida mais decente. É preciso um diálogo tanto científico como exige a educação, quanto de senso comum, a fim de se traduzir e reinventar o mundo vivido.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. São Paulo: EdUSP, 2007

BECKER, Dinizar. Capital social: uma nova derivação da economia de mercado. **Capital Social e Desenvolvimento Regional. Santa Cruz do Sul: Edunisc**, p. 85-121, 2003.

BOSI, Ecléa . O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social. São Paulo: Ateliê Editorial, 3ª ed.2013

COOPERATIVA CONCÓRDIA, Cooperconcordia. Disponível em <https://cooperconcordia.coop.br/> Último acesso em 15/04/2021

DOS SANTOS, Renata; KIELING, Rejane Inês. A Atuação do Jovem nas Cooperativas e a Sucessão Familiar no Agronegócio: O Caso do Programa Aprendiz Cooperativo do Campo na Cooperativa Triticola Mista Campo Novo. **Revista Pleiade**, v. 14, n. 30, p. 48-60, 2020.

ETGES, Virginia Elisabeta; DEGRANDI, José Odin. Desenvolvimento regional: a diversidade regional como potencialidade. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, v. 1, n. 1, p. 085-094, 2013.

FERREIRA, Palloma Rosa; DE SOUSA, Diego Neves. Educação cooperativista: aprofundando o conceito. **Embrapa Pesca e Aquicultura-Artigo em periódico indexado (ALICE)**, 2019.

FREIRE, Ana Maria Araújo. Notas. In: FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000a.

FREIRE, Ana Maria Araújo. Utopia e democracia: os inéditos-viáveis na Educação Cidadã. In: AZEVEDO, José Clóvis et al. (org.). **Utopia e democracia na educação cidadã**. Porto Alegre: UFRGS, 2000b.

FREIRE, Paulo 1921-1997. **Pedagogia dos sonhos possíveis**. Ana Maria Araújo (Org.) São Paulo: UNESP, 2001.

_____. **Conscientização: teoria e prática da libertação - uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. 3. ed. São Paulo: Centauro, 2001.



_____. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 36. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 60ªed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

FORNEL, R. **A implantação do programa aprendiz cooperativo numa cooperativa agropecuária do RS**. Graduação (Tecnólogo em Gestão de Cooperativas), Colégio Politécnico da Universidade Federal de Santa Maria, RS, Santa Maria, 2014.

GARCIA, R; SENO,M; MARCARINI,S; BASTOS,L; MACEDO,R. **Sistemas Regionais de Inovação: fundamentos conceituais, aplicações empíricas, agenda de pesquisa e implicações de políticas**. Textos para discussão, Unicamp, Instituto de Economia, ago 2020.

GERAÇÃO COOPERAÇÃO. Tipos de Cooperativas: as educacionais. Disponível em: <https://geracaocooperacao.com.br/tipos-de-cooperativas-educacionais>. Abr. 2021

HALBWACHS, Maurice. A memória Coletiva. São Paulo: Centauro. 2006

HEILBRONER, Robert. **A Construção Da Sociedade Econômica**. Grupo A-Bookman, 2000.

HODGSON, G.M. **O que são instituições?** Cap. 5. Parte II, O conceito de instituições na literatura contemporânea. Livro Economia Institucional: fundamentos teóricos e históricos. Org. SALLES, A.O.T; PESSALI, H.F; FERNANDEZ, R.G. São Paulo: Editora Unesp Digital, 2017.

MARTELETO, Regina Maria; SILVA, Antonio Braz de Oliveira. Redes e capital social: o enfoque da informação para o desenvolvimento local. **Ciência da informação**, v. 33, n. 3, p. 41-49, 2004.

MOREIRA DA SILVA, Jovino. El papel de la educación en la construcción de ciudadanía: cooperativismo, pedagogia integral ea prática do quinto princípio nas cooperativas. 2020.

MORSCHBACHER, M.V. **A contribuição da Doutrina Cooperativista na formação pessoal e profissional do Jovem Aprendiz Cooperativo formado pela Cooperativa de Trabalho Educacional Coopeb Ltda**. Especialização (Cooperativismo), Universidade do Vale do Rio dos Sinos, RS, São Leopoldo, 2018.

NEUBERGER, D; SILVA, P.X; CÁRIO, S.A.F. **Cem anos entre arcabouços teóricos complementares: Thorstein Veblen e Geoffrey Hodgson**. XX Encontro de Economia da Região Sul, ANPEC 2017.

OCB, Organização de Cooperativas Brasileiras, Disponível em <https://www.ocb.org.br> Último acesso em 16/04/2021.

OCB: file:///C:/Users/rejan/Downloads/Diagnostico%20Ramo%20Educativo.pdf

OLIVEIRA, F.F; REISDORFER, V.K; BENTO, M.H.S; STECCA, J.P; MADRUGA, L.R.R.G. **Possibilidades para a Permanência do Jovem no Meio Rural: a educação cooperativa e o planejamento da sucessão familiar**. Revista UNIABEU, v.11, n.28, mai/ago 2018.

PINHO, Diva Benevides. doutrina cooperativa nos regimes capitalista e socialista; suas modificacoes e sua utilidade. 1966.



PLOEG, J. D. Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Capítulo 10. O princípio camponês. Porto Alegre: Editora UFRGS, p. 285-312, 2008

POLANYI, Karl. **A grande transformação**. Leya, 2013.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista estudos históricos**, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

SANTOS, T.C.B; WALTER, S.A; BERTOLINI, G.R.F. **Práticas de sustentabilidade como estratégia de legitimidade organizacional em uma cooperativa agropecuária**. RMS - Revista Metropolitana de Sustentabilidade, v.9, n.3, set/dez 2019.

SCHNEIDER, J.O. **Identidade cooperativa: Sua história e doutrina**. Porto Alegre, RS: SESCOOP/RS, 2019.

SCHNEIDER, Sergio. **A Pluriatividade na Agricultura Familiar**. Porto Alegre: UFRGS 2003.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Editora Companhia das letras, 2018.

SINGER, Paul. Cooperativas de trabalho. **Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego-MTE**, 2004.

SIQUEIRA, Angélica Mosele. A IMPORTÂNCIA DO COOPERATIVISMO EDUCACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL. **Orbis Latina**, v. 9, n. 1, p. 249-255, 2019.

SOCREPPA, Anemari; DA SILVA, Everaldo. O Princípio do Interesse pela Comunidade nas Cooperativas. **Cadernos Zygmunt Bauman**, v. 7, n. 13, 2017.

VAROUFÁKIS, Yanis. **Conversando sobre economia com a minha filha**. Editora Planeta do Brasil, 2015.

VINHA, V. de, **“Polanyi e a Nova Sociologia Econômica: uma Aplicação Contemporânea do Conceito do Enraizamento Social”**, *Econômica*, v. 3, n. 2, dez. 2001.

WAGNER, Vilson et al. A comunicação social como ferramenta para a consolidação dos princípios do cooperativismo. **Revista da Universidade Vale do Rio Verde**, v. 14, n. 1, p. 293-315, 2016

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **O Mundo Rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009

ZITKOSKI, Jaime J. Humanização/desumanização. In: STRECK, Danilo R.; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime J. (orgs.). **Dicionário Paulo Freire**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

ZWICK, Elisa. Os utópicos como pioneiros da concepção cooperativista. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 16, n. 186, p. 17-28, 2016.